

Dezembro 2025



O FUTURO DA GREEN POLITICS NO BRASIL: COP 30 e a performance da sustentabilidade



1. Sumário Executivo
2. Contexto
 - 2.1 Cenário político geral
 - 2.2 Lula 3
 - 2.3 Posicionamento da direita
3. Análise
4. Recomendações
5. Conclusão
6. Referências



O futuro da Green Politics no Brasil

1. Sumário Executivo

No ano de 2025 o Brasil presidiu a COP 30, a Convenção das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, que, no cenário do *agenda-setting* do clima, se torna palco para a definição das tendências, acordos, objetivos e prospecções sobre o tema. Obstante das outras grandes frentes das zonas de influência, como o tema de Segurança ou Economia, o meio ambiente apresenta um vácuo de liderança: já se sabe o que deve ser feito para o enfrentamento das mudanças climáticas e seus efeitos, mas quem irá liderar a implementação dessas mudanças?

Em sua matriz energética, o Brasil apresenta, majoritariamente, energias consideradas renováveis, como a hidráulica. O grande desafio ambiental do Brasil é a cultura agrônômica que, ao passo, é a maior fonte de vantagem comparativa produtiva e econômica do país. Caso o governo brasileiro manifeste interesse para tal, presidir a COP 30 pode garantir a disponibilidade das ferramentas necessárias para que o Brasil seja líder da transição verde.

No contexto em que o Brasil é o anfitrião da COP 30, o posicionamento sobre a agenda de *Green Politics* também está sujeita aos movimentos da política doméstica, que simultaneamente transpassam o cenário de eleições presidenciais. O período eleitoral é extremamente relevante para a condição do Brasil como liderança no tema do meio ambiente, uma vez que as políticas de governo podem consolidar ou abstrair o Brasil do centro desta agenda.

Nesse âmbito, será analisada, também, a maneira como essa *Green Politics* brasileira pode se desenvolver. Principalmente, contrastando discursos com medidas adotadas, verificamos uma certa diplomacia de performance no que tange o posicionamento sustentável do governo de Lula (2025).

Assim, surge a questão: **Quais são os possíveis efeitos que os resultados das próximas eleições brasileiras podem surtir nos desenvolvimentos alcançados pela COP 30 no posicionamento de *Green Politics* do Brasil?**



2. Contexto

2.1 Cenário político geral

Para compreender o futuro da agenda climática brasileira, é necessário remontar às estruturas políticas da nação. Apesar do Brasil historicamente reforçar sua presença nos assuntos de meio ambiente e clima, o tópico ainda é insubstancial e refém das inclinações de políticas de governo do País.

O caráter da polarização política vigente no Brasil, reforça a limitação das possibilidades para as eleições de 2026. De um lado, a tradição da aproximação da esquerda à pauta ambiental tem sido tensionada à prova e, do outro, a prospecção de um negacionismo climático característico da direita brasileira gera dúvidas sobre o futuro da agenda do meio ambiente no Brasil.

A principal figura política da esquerda brasileira, Lula, atual presidente do Brasil, passou por seu terceiro mandato com uma série de oportunidades em fóruns multilaterais que destacaram a atuação do Brasil como líder na questão do meio ambiente. Dentre eles, o Brasil como anfitrião da cúpula do G20 e, principalmente, da COP 30. Por outro lado, a instabilidade da postura do presidente Lula quanto ao assunto ambiental no âmbito doméstico gera espaço para questionamentos sobre o futuro da condução dessa agenda sobre um possível quarto mandato. Enquanto Lula consolida sua posição como potencial candidato às eleições de 2026, essa questão passa a ser ainda mais relevante.

2.2 Lula 3

O terceiro mandato de Lula está sendo pontualmente marcado por sua abordagem diplomática de extremo engajamento. Esta participação se torna ainda mais contrastante quando comparada ao seu antecessor, Jair Bolsonaro, que adotava uma postura mais isolacionista, descredibilizando instituições internacionais e dando maior enfoque na política interna.

Como reflexo dessa política mais participativa de Lula, a COP 30 presidida no Brasil pode representar uma ótima oportunidade para o desenvolvimento da discussão sobre desenvolvimento no país. O partido de Lula apresenta um especial alinhamento ao espectro da esquerda política, o que poderia simbolizar a defesa dos valores atrelados à preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

A administração de Lula tem buscado reconstruir articulações e políticas ambientais desmontadas no período presidencial anterior. Isso é observado com o fortalecimento de órgãos domésticos como o ICMBio, Ibama e pela realocação do Brasil nos trilhos da agenda climática internacional, por meio da diplomacia. Ademais, o terceiro mandato do governo Lula tem sido marcado por mobilizações estruturais do governo Brasileiro, como a recriação do ministério voltado a povos indígenas e aumento do orçamento ambiental da nação.



Por outro lado, a falta de endereçamento ao estímulo à exploração de petróleo nas resoluções da COP 30 sustentam a tese de que a estratégia de *Green Politics*, no Brasil, é frequentemente conflitante e condicionada à política econômica, subjugando o país à uma *Green Politics* híbrida: atuação e performance.

Assim, apesar do engajamento com a COP 30, as tomadas de decisões políticas de Lula no que tange o meio ambiente tem causado certo alarme. O sancionamento de medidas provisórias opostas ao rumo que o ativismo ambientalista propõe, e as narrativas eleitorais propostas para a agenda do meio ambiente ainda não cumpridas geram volatilidade na credibilidade do presidente.

2.3 Posicionamento da direita

Já o perfil da direita brasileira, sobretudo em referência à personalidade mais recente no governo, Jair Messias Bolsonaro, é de negacionismo climático. Apesar do ex-presidente Bolsonaro se encontrar sentenciado como inelegível, sua personalidade política ainda reflete exímia influência na formação de opinião dos eleitores da direita, tendo suas indicações de candidatos substitutos altos índices de aprovação popular.

Como ator proeminente da direita, o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas tem sido alavancado entre a gama eleitoral oposta ao presidente Lula. O alinhamento político de Tarcísio à Bolsonaro, tal como a indicação do Ex-Presidente à sua figura, o classifica com destaque entre as figuras da direita com possibilidade de concorrer à corrida eleitoral de 2026.

Apesar da candidatura do atual governador não ser confirmada, segundo pesquisas especulativas recentes, se as eleições tomassem lugar em novembro de 2025, 32% dos brasileiros entrevistados estariam dispostos a votar no governador paulista (Bloomberg, 2025).

Nessa perspectiva, o cerne da direita política brasileira segue os delineados traçados pelo ex-presidente Bolsonaro e sua equipe: narrativas de associação do tema climático à discursos globalistas, negação e minimização extrema da problemática climática e do meio ambiente. Como resultado desta abordagem extremista, em medidas como a saída do Brasil do acordo de Paris, ou hostilidade e ignorância em fóruns multilaterais, naturalmente o Brasil foi afastado do epicentro da liderança mundial da agenda climática.

Com o levante de governos de direita ao redor do globo, especialmente o governo Trump nos EUA, a legalidade da agenda climática tem sido cada vez mais desafiada. A saída da potência norte-americana do acordo de Paris, é a consolidação de que, sob gerência da direita, a agenda climática tende a ser negligenciada por seus líderes. Esse fator gera insegurança quanto à posição do Brasil na agenda climática no caso da posse de um governo de direita.

Ademais, o legado da direita brasileira no tópico climático remonta ao forte lobby para afrouxamento da legislação ambiental como incentivo à competitividade econômica. A institucionalização dessa influência, via congresso e coalizões políticas do governo torna a implementação de políticas verdes uma tarefa difícil.



Portanto, a volatilidade à que o Brasil está sujeito no período eleitoral por vir é significativa para os resultados aplicados da COP 30. Ainda que a esquerda política não se traduza inteiramente em ativismo ambiental e climático, e a direita política não seja de estrita altivez negacionista, a intensificação da polarização limita as possibilidades dessa eleição a dois extremos, patrocinados por personalidades de competidores políticos assíduos e inegavelmente controversos.

3. Análise

Apesar de apresentar um quadro político altamente fragmentado, com uma polarização cada vez mais acentuada, as prospecções para as eleições de 2026 não demonstram a disputa acirrada entre espectros políticos como foram as eleições de 2022. A prisão de Bolsonaro deixou a direita política brasileira sem a figura de liderança que seria crucial para garantir o alcance político do partido, enfraquecendo seu potencial político de massa. Assim, entende-se que, talvez, estejamos nos encaminhando para testemunhar mais um mandato do atual presidente, Lula. A reeleição de Lula representaria um maior alinhamento com as diretrizes políticas da esquerda brasileira, porém, tendo em vista as decisões tomadas pelo presidente, questiona-se o quão próximo ele está de tal espectro político e o quanto seu governo pretende trilhar os percalços da sustentabilidade.

Douglas Torgerson (1999) define a *Green Politics* como, sim, um viés político sustentado pela sustentabilidade em um cenário de mudanças climáticas e aquecimento global, mas, também, reforça o caráter de fato político da questão. O autor coloca o conceito de *Green Politics* sob a observação do olhar público do rótulo. A *Green Politics*, ao invés de garantir a democracia sobre o uso do meio ambiente, visando a participação da sociedade civil para garantir os direitos de preservação que todos nós possuímos, passa a representar apenas um rótulo usado pelos governos e figuras políticas em prol de defender uma sustentabilidade que acaba sendo apenas rasa e superficial. A *Green Politics* se transforma em um fenômeno performativo na esfera pública, deixando de lado a intenção de fazer e viver a sustentabilidade.

Neste sentido, passa-se a entender a COP 30 de forma distinta. Até que ponto as resoluções da COP 30 refletem o conceito de uma *Green Politics* superficial e performativa?

Os avanços conquistados pela COP 30 podem ser indicados como avanços simbólicos e institucionais, sobretudo com ênfase nos resultados da área de financiamento climático. Entretanto, os limites das decisões sobre combustíveis fósseis, ambiguidade no compromisso das grandes potências e, principalmente, o voluntarismo para a cumprir com as metas determinadas deixam lacunas e resoluções insuficientes para a gravidade da crise ambiental.



Dessa forma, os discursos embasados em *Green Politics* se consolidam como performativos, sem transformações estruturais profundas.

Pela primeira vez na história, a ausência dos Estados Unidos como delegação oficial da COP criou um vazio político significativo e o temor de que a insegurança e vulnerabilidade da agenda climática fosse reforçada pela negligência da potência hegemônica. Entretanto, esse cenário foi revertido com destaque para a liderança da China e do Brasil como articuladores da agenda ambiental global no evento, em busca da liderança no clima.

A China, como principal financiador da agenda climática e da *Green Politics* demonstrou proatividade para com ações climáticas, como parte de uma iniciativa para mitigar a própria vulnerabilidade climática ao passo em que reforça sua projeção internacional. O Brasil, na conferência, assumiu protagonismo diplomático em discussões e sugestões de iniciativas como o *Tropical Forests Forever Facility*, e pacote Belém - iniciativas relativas a financiamento climático e mecanismos de integridade da informação climática. Assim, a ausência dos Estados Unidos na cooperação global fez com que o holofote da liderança climática fosse direcionado à China e ao Brasil como articuladores do direito do Sul Global ao desenvolvimento e a responsabilidade das grandes potências em financiamento.

Entretanto, novamente, a controvérsia se consolida. O texto final da COP 30 (UNITED NATIONS, 2025) foi finalizado de forma frustrante, alcançando poucos dos objetivos pré-estipulados pelo governo Lula. Os planos de transição energética com o chamado "mapa do caminho" para o abandono dos combustíveis fósseis, por exemplo, nem chegaram a entrar na versão final do texto por resistência de países do Oriente Médio e Ásia, principalmente da China (CNN Brasil, 2025). Nesse sentido, o pressuposto de liderança chinesa, de fato, se comprova, mas a legitimidade do Brasil é colocada em xeque.

A responsabilidade do Brasil neste cenário, ainda assim, é de contínuo comprometimento com a agenda climática, para que o palco de destaque não torne-se uma apresentação de performances discursivas. Entretanto, analisando o discurso exposto pela liderança brasileira em sobreposição às reais medidas assumidas pelo governo Lula, vemos uma certa incongruência que beira à performance.

A COP 30, ao se tratar do texto final e as negociações alcançadas, deixou muitos países insatisfeitos. Medidas reais não foram definidas e a queixa principal foi pela falta da determinação de objetivos claramente delimitados ao que concerne às mudanças climáticas. A total falta de menção dos combustíveis fósseis causou contrariedade entre as nações.



Apesar de não muito poder ser feito em relação às decisões que são tomadas de forma coletiva na COP 30, o fracasso levanta alguns questionamentos em relação ao governo Lula e à legitimidade brasileira em se postar como a liderança da transição energética e o modelo da sustentabilidade. Os padrões indicam que, talvez, o Brasil não seja reconhecido internacionalmente como um líder na *Green Politics* e, por vezes, inclusive, não atende às expectativas em relação à tomada de decisão das políticas domésticas para o tema.

4. RECOMENDAÇÕES

Apesar das definições pela COP 30 pouco otimistas em relação à transição energética e a garantia de uma evolução em direção a uma redução do uso de combustíveis fósseis, o Brasil deve se encaminhar autonomamente para os caminhos que deseja trilhar. As propostas do atual presidente Lula prometem grande potencial de mudanças benéficas e, caso realmente implementadas, poderiam, sim, posicionar o Brasil como um grande ator e possível liderança na pauta das mudanças climáticas, adaptação e mitigação de seus efeitos. Porém, faz-se necessário que a *Green Politics* seja aqui aplicada para além de seu aspecto superficial e realmente gere impactos na formulação de políticas brasileiras em âmbito nacional e internacional.

Ademais, no cenário de eleições, é necessário que a pauta climática seja incorporada e assegurada por ambos os extremos políticos da nação brasileira, para que *Green Politics* não seja apenas uma performance na arena Internacional, mas uma prática doméstica institucionalizada e consolidada apesar das políticas de governo vigentes, de acordo com o segundo parágrafo do Artigo 4º do acordo de Paris.

O monitoramento do já mencionado "mapa do caminho" climático voluntário também deve ser implementado, pressionando os atores comprometidos a atuar especialmente com ênfase na eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. Ademais, é necessário fortalecer o monitoramento com mecanismos de responsabilização. Na perspectiva doméstica, é fundamental que o governo Lula alinhe as políticas domésticas aos seus discursos internacionais, de forma prática e institucional, para que, novamente, essas medidas não estejam sujeitas somente à política de governo e sejam ameaçadas após as eleições.

Relembrando o conceito de *Green Politics*, disposto por Torgerson (1999), a participação popular é de extrema importância para que a qualidade democrática da preservação do meio ambiente seja assegurada. Portanto, o incentivo para fóruns públicos de decisões acerca do tema pode ser uma forma de garantir a participação da sociedade civil. A transparência deve ser mais bem utilizada e espera-se que as estruturas do governo, como um todo, passem a investir em uma comunicação mais ativa, acessível e efetiva com a população.



5. CONCLUSÃO

Através dos estudos e críticas de Torgerson (1999), identifica-se um padrão na atuação de Green Politics pelo internacional e pelo próprio Brasil. Normalizou-se o uso do discurso sustentável como uma forma de performar uma identidade “verde” ao público e às outras nações. A falta de transparência e poucas oportunidades de participação pública nas tomadas de decisão políticas são fatores que acentuam a recorrência dos famosos discursos sem medidas, onde políticos e figuras públicas falam o que o público quer escutar, mas não agem de acordo.

É necessário reforçar que a agenda climática não é apenas ambiental, mas profundamente política, estando sujeita à participação de atores e práticas que, de fato, transformem estruturas e não apenas discursos. Nesse sentido, ao analisar a COP 30 sob essa lente teórica, o evento se configurou como um espaço de performatividade política, com discursos permeados por Green Politics, mas sem correspondência em compromissos estruturais e práticos. Essa afirmação é respaldada pelos limites processuais e de implementação das medidas acordadas na convenção, com ausência de metas claras e voluntarismo excessivo.

Nesse cenário, o Brasil carrega a responsabilidade de manter a coerência do protagonismo internacional e as políticas internas, sob pena de perda de legitimidade como liderança climática. Esse desafio é acentuado com a instabilidade que a polarização impõe à nação brasileira. Os candidatos de ambos os partidos políticos, deverão, para as eleições de 2026, articular as expectativas internacionais para com os compromissos ambientais do Brasil e as demandas internas de desenvolvimento socioeconômico local. Isso implica não apenas em sustentabilidade performativa, mas de fato integração da agenda climática em políticas industriais, energéticas e econômicas do país, garantindo continuidade institucional e transparência para a conquistada liderança e desempenho efetivo da Green Politics.



REFERÊNCIAS

CNN Brasil. Análise: Brasil está frustrado com texto final da COP 30. CNN na COP 30. Atualizado em: 22 de novembro de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-brasil-esta-frustrado-com-texto-final-da-cop30/> . Acesso em: 2 de dezembro de 2025.

REUTERS. COP 30: pouquíssimos países estão satisfeitos, afirma analista sobre acordos. CNN na COP 30. Atualizado em: 22 de novembro de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cop30-pouquissimos-paises-estao-satisfeitos-afirma-analista-sobre-acordos/> . Acesso em: 2 de dezembro de 2025.

TORGERSON, Douglas. The Promise of Green Politics: Environmentalism and the Public Sphere, 1999. Durham, N.C.: Duke University Press. Disponível em: <https://archive.org/details/promiseofgreenpo0000torg/page/1/mode/1up> . Acesso em: 1 de dezembro de 2025.

UNITED NATIONS. Global Mutirão: uniting humanity in a global mobilization against climate change. Draft decision -/CMA.7. Belém, 22 nov. 2025. (FCCC/PA/CMA/2025/L.24). Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/11/COP30-texto-final.pdf> . Acesso em: 2 de dezembro de 2025.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. Belém Political Package. Disponível em: <https://unfccc.int/cop30/belem-political-package>. Acesso em: 2 de dezembro de 2025.

UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. Paris Agreement. Disponível em: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXVII-7-d&chapter=27&clang=_en Acesso em: 2 de dezembro de 2025.

BLOOMBERG. Tarcísio reduz vantagem de Lula para 2026 em 2º turno, diz Atlas. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2025-12-02/tarcisio-reduz-vantagem-de-lula-para-2026-em-2-turno-diz-atlas> Acesso em: 2 de dezembro de 2025





Luiza Churchill - 22023128

- E-mail:
luizachurchill@gmail.com

Nathália Saporetti - 22023094

- E-mail: nathaliadegangs@gmail.com

